



TEMÁTICA INDÍGENA NA ESCOLA: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS FRENTE À IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/2008”

Dilan Kuntzler Magnus ¹
Iara Tatina Bonin ²

Resumo

Este artigo surge como parte integrante da pesquisa “Temática Indígena na Escola: Implicações Pedagógicas Frente à Implementação da Lei 11.645/2008”. Nesta etapa, investiga-se o posicionamento de professores do Ensino Fundamental e Médio frente às exigências da lei para a abordagem da história da cultura indígena e as formas como esta temática tem sido inserida nos currículos da Educação Básica. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com vinte professores de três escolas – sendo uma da rede municipal de Porto Alegre/RS, uma da rede estadual do Rio Grande do Sul e outra da rede privada. A pesquisa permitiu mapear práticas mais comuns que têm sido adotadas para a abordagem da temática indígena e fontes de pesquisa utilizadas nas escolas de Educação Básica, bem como os impactos, desafios e perspectivas traçadas nestes espaços. Observou-se que a maioria dos professores utilizam metodologias variadas e diferentes materiais, buscado escapar a uma abordagem pontual, na data comemorativa do Dia do Índio, e tem optado por desenvolver projetos de pesquisa interdisciplinares, promovendo visitas às aldeias da região, ou trazendo indígenas para o espaço da escola.

Palavras chave: Educação; Temática Indígena; Lei 11.645/2008

INTRODUÇÃO

A temática indígena vem adquirindo expressividade na cena contemporânea, em decorrência de variados fatores, e se destaca em muitas das produções como programas de TV, filmes, documentários, exposições fotográficas, histórias em quadrinhos, literatura infantil, entre outros. Na escola e nos currículos, esta temática vem sendo inserida, de modo periférico, há décadas. Contudo, na atualidade a temática indígena adquire maior relevo das propostas curriculares e nos processos de formação de professores em função de novas leis e normativas que tornam obrigatórias a sua abordagem.

Nesse sentido, a Lei nº 11.645/2008, por exemplo, altera o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determinando que: “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história

1 Aluno do curso de História – Bolsista PIBIC/CNPq – dilan.km@hotmail.com

2 Professora e pesquisador do PPGEDU – iara.bonin@uol.com.br

e cultura afro-brasileira e indígena”. E a referida lei também define que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras” (BRASIL, 2008). Desse modo, torna-se um tema transversal para a maioria das disciplinas, e um componente curricular para as disciplinas de Arte e História.

A novidade proposta por esta lei tem impactos não apenas sobre as escolas de Educação Básica e seus currículos, como também diz respeito ao ensino superior. Em 2011, o Ministério da Educação – através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – editou o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para as Relações Étnico-raciais, objetivando que os sistemas e instituições de ensino cumpram o estabelecido nas Leis 10.639/03 e 11.645/08.

O objetivo da presente pesquisa é investigar como os professores se posicionam frente às alterações curriculares propostas pela Lei 11.645/2008 e como orientam e reorganizam os currículos e as práticas pedagógicas para atender à obrigatoriedade de abordagem da temática indígena.

METODOLOGIA

Para a produção dos dados empíricos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 20 professores de Educação Básica de três escolas uma municipal (rede de Porto Alegre), uma estadual e uma da rede privada. As entrevistas tiveram uma duração aproximada de 1(uma) hora e foram realizadas nas escolas, em períodos indicados pelos próprios docentes. AS gravações foram transcritas e resultaram em 120 páginas de texto, que estão sendo organizadas e sistematizadas em eixos de análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As 17 entrevistas realizadas até o momento envolveram diferentes áreas do conhecimento. Foram entrevistados:

- duas professoras da Educação Infantil;
- quatro professoras das séries iniciais do ensino fundamental;
- três professores de Artes das séries finais do Ensino Fundamental
- quatro professores de História das séries finais do Ensino Fundamental
- dois professores de Educação Física do Ensino Fundamental

- dois professores de Sociologia do Ensino Médio;

Trago, na sequência, um recorte no qual a professora descreve a abordagem feita temática indígena em sua escola:

Esse é um tema que se trabalha muito pouco. A escola aborda principalmente no mês de abril, no dia 19, Dia do Índio. Estamos trabalhando, este ano, com a ideia de uma Mostra Cultural onde o tema indígena será abordado junto com as relações étnico-raciais. Por enquanto, estamos organizando e planejando como será essa Mostra. Mas já resolvemos que, além das pesquisas e das apresentações de cada turma, na ocasião da Mostra vamos convidar alguns indígenas para participar e, quem sabe, apresentar uma dança. Eles já vieram na escola montar uma barraquinha de venda de artesanato, quem sabe desta vez eles entram na parte de apresentação cultural (Entrevista/Professora de Artes, Ensino Fundamental).

O relato evidencia certo dinamismo na abordagem da temática indígena que se manifesta, por exemplo, na articulação entre a temática indígena e racial, pela organização de uma Mostra Cultural em substituição às comemorações do “Dia do índio”.

Na educação infantil, tanto a história, quanto a cultura indígena são abordadas, sob o meu ponto de vista, de uma forma muito superficial e eu diria até um pouco piegas, são feitos cocares e colares no dia do índio. No meu caso abordei o assunto uma vez, no momento da rodinha, usando um livro escrito por um indígena e utilizei músicas sobre o assunto, com enfoque voltado para crianças pequenas. Não são muitos os materiais disponíveis, e os filmes, por exemplo, não tem uma intenção informativa, mas de divertimento. Fico me perguntando como poderia ser diferente com essa faixa etária (Entrevista/Professora de Educação Infantil).

Nesta – e em outras falas de docentes entrevistados – realiza-se uma crítica às abordagens aligeiradas da temática indígena, bem como aos apelos românticos que frequentemente se manifestam em práticas pedagógicas.

Os livros didáticos ajudaram a formar a visão a partir da Europa, como centro do mundo. A escola tem sido responsável pela formação de muitas gerações escolares, com um tipo de mentalidade que só enxerga indígena nos tempos da colonização, ou que só reconhece os indígenas se estiverem em imagens e pinturas que confirmam o exótico ou que apresentam os indígenas, hoje, em situações que o vitimizam (Depoimento/ Professor de História do Ensino Fundamental).

No recorte anterior, observa-se que a temática indígena é apresentada de modo a constituir um problema – algo que demanda, dos alunos, discussão e construção de conhecimento.

Foram descritas, no contexto da Educação Infantil e das séries iniciais, atividades como produções de cartazes, desenhos, pinturas, recorte e colagem com uso de jornais e revistas, contação de histórias, leitura de obras de autoria indígena, confecção de cocares e colares, preparação de alimentos e chás supostamente aprendidos de tradições indígenas. Nas séries iniciais do ensino fundamental, os professores relataram atividades de pesquisa, projetos de trabalho com abrangência e duração variáveis, uso de livros didáticos como suporte de informações, pesquisas na internet, teatro, exibição de filmes de circulação ampla ou de desenhos animados, leitura de obras para crianças e de histórias em quadrinhos. No Ensino Médio, a pesquisa foi também realçada como estratégia recorrente para a abordagem da temática indígena. Houve também referências a debates, a problematizações a partir de imagens clássicas, à leitura e discussão de notícias atuais relativas aos povos indígenas, à seleção de fotografias por parte dos alunos, à análise de documentos históricos (relatos de viajantes quinhentistas, por exemplo) e de obras literárias clássicas.

CONCLUSÃO

A pesquisa permitiu mapear práticas mais comuns que têm sido adotadas para a abordagem da temática indígena e fontes de pesquisa utilizadas nas escolas de Educação Básica, bem como os impactos, desafios e perspectivas traçadas nestes espaços. Embora ainda seja comum a comemoração no dia 19 de abril, “Dia do Índio” especialmente na Educação Infantil, observou-se que a maioria dos professores tem buscado escapar a uma abordagem pontual e celebrativa, e tem optado por desenvolver projetos de pesquisa interdisciplinares, promovendo visitas às aldeias da região, ou trazendo indígenas para o espaço da escola. O objetivo declarado por estes professores é o de contextualizar a temática e ensinar mais sobre os povos que habitam o Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 3/2004**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>, acesso em 20 de setembro de 2011.

_____. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial República Federativa do Brasil. Brasília/DF: 9 de jan. 2003.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial República Federativa do Brasil. Brasília/DF: 20 de dez. 1996.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana:**

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1852&Itemid= acesso em 10 de setembro de 2011.

_____. **Resolução CNE/CP 1/2004**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural**. Brasília: MEC/SEF, 1997.